

## Condsef cobra envio de instrumento legal ao Congresso para assegurar reajustes

Na semana passada, Sérgio Ronaldo, secretário-geral da Condsef/Fenadsef, cobrou novamente o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), para que fosse enviado um instrumento legal ao Congresso Nacional, no intuito de assegurar os reajustes do funcionalismo.

É bom reforçar que os acordos firmados com o governo prevêm reajustes a partir de janeiro de 2025, porém precisam ser votados pelo Congresso.

O problema em questão é a proximidade do recesso do Legislativo e a não votação da pauta.

Por outro lado, o secretário de Relações do Trabalho do MGI, Jose Lopez Feijóo, informou à Condsef que o governo articula o envio de um Projeto de Lei (PL) em regime de urgência que seguiria no mesmo pacote da proposta de Lei Orçamentária Anual.

Assim, o governo prevê a obtenção da aprovação do PL antes do início do recesso parlamentar.

A Condsef/Fenadsef voltou a insistir que uma Medida Provisória (MP), que possui efeito imediato, é uma opção que deve ser considerada.

É importante ressaltar, que segundo o próprio MGI, a proposta, que engloba as categorias do Executivo, conta com mais de 700 páginas.

Outro ponto que preocupa os servidores do Executivo é o fato de que, se uma proposta for enviada e não aprovada antes de janeiro, a retroatividade dos reajustes não está assegurada. "Essa é uma situação impensável para a categoria", destacou Sérgio Ronaldo. "O que todos nós esperamos é o cumprimento do que está assegurado nos acordos firmados com o governo: reajustes aplicados a partir de janeiro de 2025", reforçou.

### Reunião remarçada

Outra informação dada pelo secretário de Gestão de Pessoas,



José Celso Jr., é de que a reunião com a Condsef/Fenadsef que aconteceria no último dia 21 e foi cancelada já tem nova data e vai acontecer no dia 11 de dezembro às 10h. O encontro tem como pauta central a apresentação de uma proposta ampla da Confederação sobre diretrizes para a construção dos planos de cargos e carreiras.

Com informações

## Sindsep debate Dia Internacional de Combate à AIDS

Atualmente no Brasil, estima-se que um milhão de pessoas vivam com HIV, mas apenas 900 mil conhecem o seu diagnóstico. A questão referente à AIDS ainda é uma problemática enorme no país, pois em meio a essa estimativa, 650 mil são pessoas do sexo masculino e 350 mil do sexo feminino.

Enquanto 92% dos homens estão diagnosticados, apenas 86% das mulheres possuem diagnóstico; 82% dos homens recebem tratamento antirretroviral, mas 79% das mulheres estão em tratamento; e 96% dos homens

estão com a carga viral suprimida – quando o risco de transmitir o vírus é igual a zero – mas o número fica em 94% entre as mulheres.

O Sindsep entende a importância do combate à AIDS, e por isso, neste mês de dezembro, irá desenvolver atividades que possam conscientizar a população sobre a importância da prevenção.

Apesar de atualmente a medicina ter avançado significativamente no combate ao HIV, ainda é de suma importância o papel da sociedade para a diminuição nos números de pessoas portadoras do Vírus.



**Essa luta também é nossa.  
Não ao preconceito  
Sim à luta!**

## Novo relatório da IA gera reação por ameaçar direitos trabalhistas e sociais

A CUT e diversas entidades da sociedade civil realizam nesta segunda-feira (2), às 14h, uma ação nas redes contra a aprovação do novo relatório do Projeto de Lei 2.338/2023, que estabelece o marco regulatório da inteligência artificial (IA) no Brasil.

Após um ano de atraso, a proposta, inicialmente prevista para votação em dezembro de 2023, ganhou novo relatório, apresentado pelo senador Eduardo Gomes (PL-TO) em 28 de novembro. A comissão temporária responsável pelo texto deve votar o projeto ainda hoje, com previsão de apreciação no plenário do Senado na quinta-feira (5), sob a presidência de Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Organizações da sociedade civil, reunindo 54 entidades, divulgaram um documento crítico ao novo relatório, destacando retrocessos significativos, especialmente em relação aos direitos trabalhistas. Entre as mudanças mais preocupantes está a exclusão de dispositivos que asseguravam supervisão humana em decisões automatizadas, como demissões e punições disciplinares. Além disso, o texto não inclui mecanismos para coibir demissões em massa, expondo trabalhadores aos riscos de uma automação desregulada e fragilizando direitos essenciais.

A pressão de empresas e associações industriais para flexibilizar normas é outro



ponto de alerta. Sistemas de IA usados por plataformas digitais para curadoria e distribuição de conteúdo seguem classificados como de alto risco, devido ao impacto potencial sobre a democracia e o debate público. No entanto, há esforços para reduzir as exigências de governança, transparência e mitigação de riscos, o que poderia comprometer a proteção de direitos fundamentais.

Outro aspecto controverso envolve a proteção de direitos autorais. Propostas no relatório buscam enfraquecer regras que garantem transparência no uso de obras em treinamentos de IA e a remuneração justa aos criadores. Também há tentativas de restringir a proibição de tecnologias que facilitam a produção de material abusivo infantil, limitando-a apenas a ferramen-

tas desenvolvidas com esse propósito específico. Essas mudanças são vistas como retrocessos graves que comprometem tanto a segurança de crianças quanto o respeito aos direitos autorais.

"Por trás da Inteligência Artificial têm pessoas e interesses, por isso é indispensável manter mecanismos rígidos de governança, transparência e mitigação de riscos para proteger direitos fundamentais e evitar abusos tecnológicos. Esse debate em torno do PL da IA será um marco para o equilíbrio entre inovação e proteção de direitos no Brasil", afirma Maria Faria, Secretária de Comunicação da CUT Nacional – uma das entidades signatárias do documento.

Fonte: CUT